

Diálogos sobre sistemas agroalimentares para a segurança alimentar, nutrição e contra a pobreza

**SISTEMAS AGROALIMENTARES PARA
A SEGURANÇA ALIMENTAR,
NUTRIÇÃO E CONTRA A POBREZA
BRASIL - PAÍSES BAIXOS**

**AGRIFOOD SYSTEMS FOR FOOD SECURITY,
NUTRITION, AND AGAINST POVERTY
BRAZIL - NETHERLANDS
A G20 MACS SIDE EVENT**

Sistematização do diálogo multilateral entre
Brasil, Países Baixos e FAO

Brasília, 14 de maio de 2024

METODOLOGIA	3
INTRODUÇÃO	4
PRÓLOGO	
FAO, Jorge Meza	5
Reino dos Países Baixos, Paul Van de Logt	6
Governo do Brasil, Laura Delamonica	7
Embrapa, Marcelo Morandi	8
FOCO PRINCIPAL	9
PALAVRAS-CHAVE	10
EIXO 1 - Painel de abertura	11 a 14
EIXO 2 - Recomendações globais para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares: um panorama	15 a 18
EIXO 3 - Inovações nos sistemas agroalimentares nacionais e locais no Brasil e nos Países Baixos: casos de sucesso	19 a 23
EIXO 4 - Perspectivas futuras de colaboração - Declaração de Belém e sistemas agroalimentares	24 a 25
IMAGENS	26
CONSIDERAÇÃO FINAL	27
AGRADECIMENTOS	28
CRÉDITOS	29

Com o objetivo de adotar as recomendações do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) e dos órgãos governamentais das agências com sede em Roma, bem como da Cúpula de Sistemas Alimentares e do Momento de Avaliação da Cúpula de Sistemas Alimentares, o Governo do Brasil, a Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil e a FAO, com apoio da Embrapa, foi promovido um diálogo composto por cerca de 60 atores-chave do setor agrícola brasileiro e holandês, formuladores de políticas, técnicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil para debater a situação atual dos sistemas alimentares em cada país e no mundo. No dia 14 de maio de 2024, o diálogo multilateral discutiu uma agenda de políticas públicas, programas e inovações necessárias para a promoção de sistemas agroalimentares para a segurança alimentar, nutrição e contra a pobreza.

Este documento apresenta o resultado da sistematização das contribuições do diálogo multilateral em sistemas agroalimentares para a segurança alimentar, nutrição e contra a pobreza. O objetivo do documento é servir de base para consulta dos temas que foram abordados durante a conferência e material bibliográfico.

O trabalho de sistematização foi executado por uma equipe constituída por membros da FAO de Brasília e pela consultora em alimentação e nutrição, Roberta Azevedo. A metodologia do trabalho de sistematização adotada pautou-se pelas seguintes orientações:

1. Apresentar um preâmbulo com as falas dos representantes das instituições responsáveis pelo trabalho;
2. Sistematizar o tema principal apontando as palavras-chaves e resultados dos painéis divididos por eixos;
3. Dividir os principais resultados em 4 eixos cada um contendo os palestrantes com foco central da fala, síntese do painel, conclusão e imagens;
4. Excluir informações que não foram aprofundadas e apenas citadas na conferência;
5. Além das orientações acima, a equipe de sistematização levou em conta os seguintes critérios: apresentar uma introdução de contextualização e, ser fiel, ao conteúdo apresentado no diálogo.

O conteúdo deste trabalho trata-se de um tema central no contexto mundial uma vez que está inserido nas agendas de sustentabilidade dos países e foi desenvolvido num importante momento para o Brasil no qual preside o G20, além do Encontro Mundial dos Líderes da Pesquisa Agrícola (MACS G20) ocorridos no período.

Hoje vive-se uma sindemia global na qual os problemas causados pela má nutrição em todas as suas formas alcança um número cada vez maior de pessoas, além das consequências nocivas das mudanças climáticas. Quase 800 milhões de pessoas se encontram em insegurança alimentar e 2 bilhões estão sofrendo as consequências do sobrepeso e obesidade. As mudanças climáticas completam o conceito de sindemia Global com a combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade e desnutrição, as três decorrentes, principalmente, do sistema agroalimentar global, além de outros fatores sociais em comum.

E neste cenário, é urgente a discussão sobre as políticas públicas e inovações que promovam sistemas agroalimentares sustentáveis. Uma visão ampla que busca não só abordar a insegurança alimentar e a má nutrição, mas também integrar as dimensões sociais, econômicas e ambientais da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Durante a 28ª Conferência das Partes, a COP 28, realizada em dezembro de 2023 em Dubai, mais de 130 países assinaram a declaração nos Emirados Árabes Unidos sobre a agricultura sustentável, sistemas alimentares resilientes e a ação climática, impulsionando a inclusão dos sistemas agroalimentares nos planos climáticos nacionais para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

Essa iniciativa é parte de um movimento global e reafirma compromissos anteriores, como os estabelecidos na Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU em 2021 e no momento de avaliação da Cúpula de Sistemas Alimentares em 2023, além dos esforços de organizações como o Comitê Mundial de Segurança Alimentar, da FAO, do FIDA e do WFP.

Neste contexto, um dos principais objetivos deste diálogo é explorar como os Países Baixos e o Brasil, importantes produtores de alimentos, podem contribuir para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, resilientes e justos.

Busca-se apresentar um panorama das políticas e programas ativos nos dois países que apoiam e promovem sistemas agroalimentares sustentáveis com foco na redução da insegurança alimentar e pobreza. Pretende-se também aumentar a compreensão sobre a relação entre a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a resiliência às mudanças climáticas, levando em consideração os três aspectos do desenvolvimento sustentável. Além disso, foram apresentados casos bem-sucedidos em diversas áreas, como ações de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da resiliência às mudanças climáticas, assim como os desafios da promoção da segurança alimentar e nutricional para a população da região amazônica e grupos vulneráveis.

Espera-se que as discussões geradas durante o diálogo possam inspirar ações concretas para enfrentar os desafios urgentes de nosso tempo.

FAO

“Conforme o último relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI), a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em nível mundial atingiu, no ano de 2022, cerca de 29,6% da população mundial - 2,4 bilhões de pessoas, dos quais cerca de 900 milhões (11,3%) vivenciaram insegurança alimentar grave.

Em paralelo, o mundo enfrenta aumento das emissões de CO2 e perda de biodiversidade. Embora já se possa registrar progressos substanciais, essas estatísticas sublinham a necessidade urgente de diálogos transformadores que conduzam a soluções tangíveis para a mudança no sentido de uma alimentação adequada e do fortalecimento dos sistemas agroalimentares, para que sejam mais sustentáveis, resilientes, saudáveis e equitativos.

Torna-se imperativo reconhecer e divulgar as melhores práticas entre os países e buscar, de forma conjunta, estratégias e compromissos com o potencial de remodelar os sistemas agroalimentares. Esse foi o objetivo da FAO, como parte das Nações Unidas, ao apoiar a realização desse evento: favorecer esforços coletivos para construir um futuro mais justo e sustentável, priorizando a segurança alimentar, a nutrição e melhores condições de vida para a geração atual e as futuras.”

Jorge Meza, Representante da Fao no Brasil | FAO

Reino dos Países Baixos

“O nosso sistema alimentar global é responsável por 70% da utilização de água doce e por um quarto das emissões de carbono em nível mundial. E ainda existem milhões de pessoas sem acesso a uma alimentação saudável.

Se não consertarmos o sistema alimentar, não resolveremos a crise climática, a crise da biodiversidade ou a pobreza. Precisamos de olhar para o que comemos, como o produzimos e quais os impactos sociais que essa produção tem.

O Brasil e os Países Baixos são potências na agricultura, com resultados importantes para a nossa economia e para o acesso aos alimentos. Mas ambos enfrentamos desafios ambientais e ainda temos grupos subnutridos ou obesos porque não têm acesso a uma dieta saudável.

Embora sejamos países muito diferentes, partilhamos o desafio de garantir uma boa alimentação à nossa própria população e - como somos exportadores - de garantir o acesso a uma boa alimentação às pessoas de outros países.

O evento de 14 de maio de 2024 proporcionou uma oportunidade de aprendermos uns com os outros para discutir o que tentamos e onde achamos que podemos ajudar uns aos outros. A rica discussão mostra que os sistemas alimentares e a segurança alimentar podem e devem estar na base da cooperação entre Brasil, Holanda e FAO.”

Paul van de Logt
Conselheiro Agrícola da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil

Governo do Brasil

“As múltiplas crises que afetam o mundo são uma realidade e colocaram os temas de segurança alimentar e nutricional no topo das agendas políticas.

Para o Brasil, sistemas agroalimentares abarca a forma como produzimos, distribuímos, comercializamos e consumimos alimentos.

A transformação dos sistemas alimentares deve estar associada às ações climáticas, mas também estar na vanguarda da transição justa com redução das desigualdades, levando em conta as diferentes realidades locais e as particularidades dos diferentes grupos populacionais. O debate multilateral sobre agricultura e segurança alimentar e nutricional não pode ignorar os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável.

Esse debate sobre sistemas agroalimentares deve incorporar as recomendações do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, as discussões no âmbito das agências sediadas em Roma, e deve centrar-se sobretudo na importância de enfrentar os desafios estruturais que causam as desigualdades, incluídas as desigualdade de gênero, renda e raça.

As mulheres e as meninas, os povos indígenas e comunidades tradicionais, os afrodescendentes, os agricultores familiares, os pescadores artesanais e outros grupos em situação de vulnerabilidade merecem estar no centro das nossas respostas.

É por isso que a ação climática deve estar associada à proteção social e a garantia dos direitos humanos, em particular o direito humano à alimentação adequada, bem como a medidas de erradicação da pobreza e da insegurança alimentar e nutricional.

Nas palavras do presidente Lula, acabar com a fome é um desafio para todo o planeta, que só poderemos superar com vontade política e com o fortalecimento do multilateralismo.

Por esta razão, no contexto da Presidência brasileira do G20, o Brasil propôs uma Força-Tarefa para o estabelecimento de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Uma vez lançada a Aliança Global, em novembro de 2024, espera-se que todos os países, instituições financeiras, acadêmicas, organizações internacionais somem-se à iniciativa. “

Laura Delamonica
Subchefe da Coordenação Geral de SAN | MRE

Embrapa

“Os desafios atuais e futuros colocados pelas alterações climáticas e pela insegurança alimentar exigem desenvolvimentos científicos e tecnológicos contínuos, intercâmbio de conhecimentos e inovação social que requerem estratégias de longo prazo e podem beneficiar da cooperação e do financiamento internacionais. É fundamental sublinhar o facto de que, sem apoio à adaptação e à resiliência dos sistemas agrícolas, os impactos das alterações climáticas estão a comprometer o potencial da agricultura para contribuir directa e indirectamente para a mitigação dos GEE e poderão, sem dúvida, diminuir o potencial da agricultura para se tornar parte do solução.

Na mobilização e coordenação de esforços para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável adoptados no âmbito da Agenda 2030, é fundamental: i) ter clareza sobre a qualidade e robustez da informação baseada na ciência que orientará a discussão política; ii) ter clareza quanto aos parâmetros e prioridades de atuação e apoio; e iii) construir compromissos em torno das questões-chave, com base nos dois conjuntos de elementos anteriores.

*Considerando o anterior, a ação e o apoio climáticos, bem como a cooperação internacional nos sistemas alimentares, devem centrar-se na (“abordagem RESPEITO”): reforço da **resiliência** dos sistemas agroalimentares; apoiar o desenvolvimento de sistemas alimentares **eficientes** e adaptados localmente; promover a investigação **científica** e a inovação contínuas e inclusivas; apoiar as **pessoas** na promoção de meios de subsistência sustentáveis e na diversificação da produção alimentar; impulsionar a geração e utilização de **energias** renováveis; comprometer-se a reduzir as emissões causadas pela **mudança** no uso da terra; e promover o **comércio** sustentável de produtos agrícolas e alimentares com uma abordagem cooperativa.*

Este evento foi uma oportunidade para manter o diálogo global, aumentar a compreensão e consciencialização relativamente à vulnerabilidade da agricultura aos impactos actuais e futuros das alterações climáticas e promover acções para aumentar o investimento em ciência e tecnologia que resultem na adaptação aos impactos das alterações climáticas. e reduzir a vulnerabilidade da agricultura e das pessoas pobres às adversidades actuais e futuras inerentes ao impacto das alterações climáticas.”

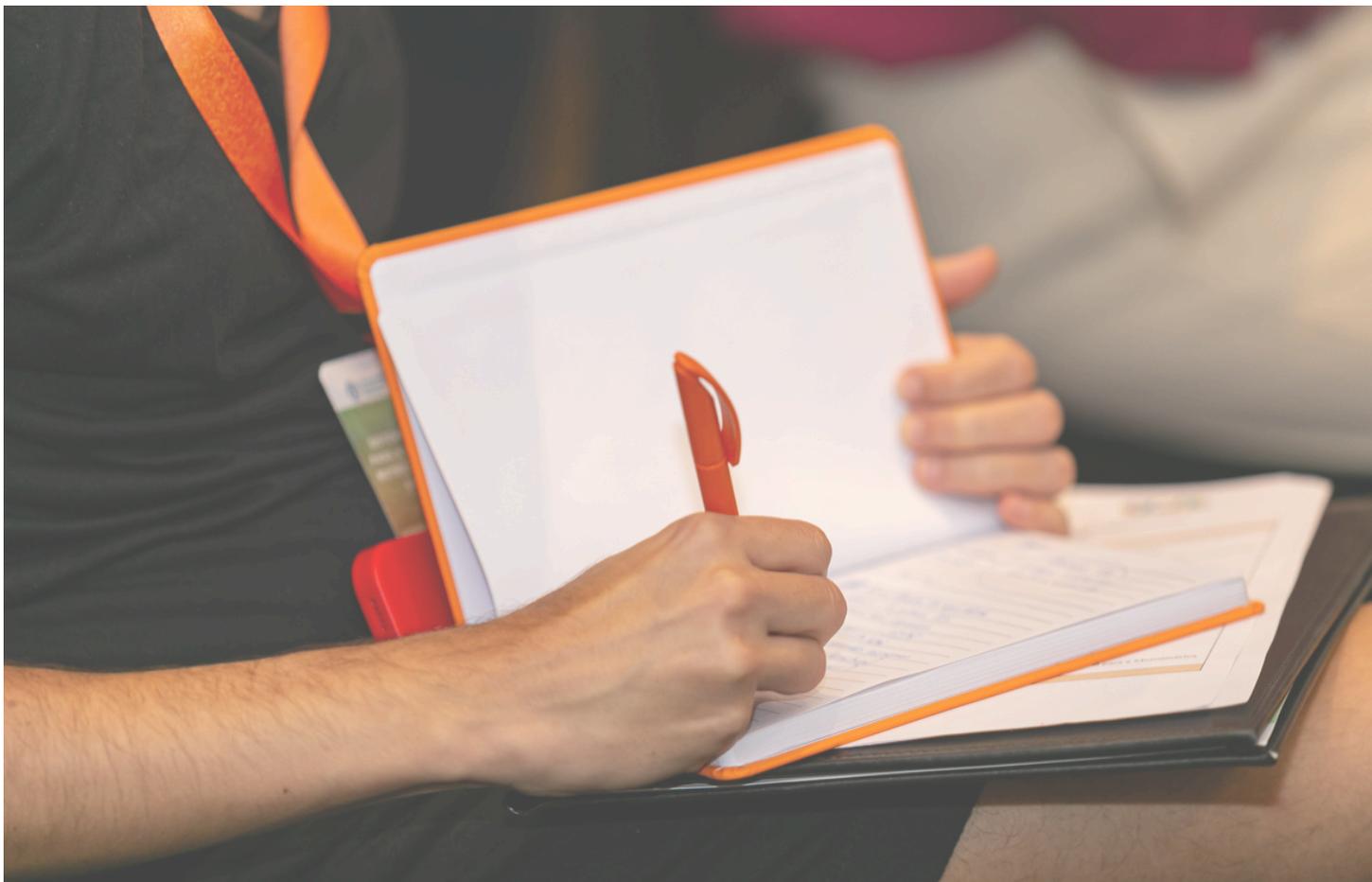
Marcelo Morandi
Chefe de Relações Internacionais da Embrapa

A relação entre a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a resiliência às mudanças climáticas

O diálogo multilateral sobre sistemas alimentares sustentáveis trouxe diversos conceitos e visões construindo uma narrativa complementar. Um conceito polissêmico foi estabelecido e o tema em comum foi o ponto de partida para a abordagem e exposição dos palestrantes.

Apesar de sua característica multifocal, o foco principal foi abordar a urgência na transformação do sistema alimentar hegemônico em sistemas alimentares resilientes, inclusivos, sistêmicos e sustentáveis, levando em consideração os três aspectos do desenvolvimento sustentável como forma de garantir segurança alimentar e nutricional, a preservação da biodiversidade, a mitigação dos efeitos nocivos das mudanças climáticas e a erradicação da pobreza.

Como resultado da temática, os palestrantes apresentaram uma visão geral dos quadros institucionais e dos programas e políticas ativos que apoiam e promovem essas mudanças no Brasil, nos Países Baixos e em iniciativas da FAO, além de fazerem conexões entre sistemas alimentares e a resiliência às mudanças climáticas com uma abordagem do desenvolvimento sustentável dando ênfase nos aspectos sociais relativos à população local; casos concretos de esforços governamentais nacionais com programas e iniciativas bem sucedidas que contribuem para a adoção de dietas saudáveis; e um destaque para a Amazônia e os desafios de promoção alimentar e nutricional que o bioma enfrenta.



Painel de Abertura

1.1. Palestrantes e foco central das falas



André Driessen

Países Baixos | Embaixador do Reino dos Países Baixos no Brasil

“Se não consertarmos os sistemas alimentares, não consertaremos a crise climática, a crise da biodiversidade nem a pobreza. Precisamos analisar o que comemos, o que produzimos e quais são os impactos sociais dessa produção.”

“É preciso transformar os sistemas agroalimentares. Ainda há pessoas em situação de fome, apesar de ter alimentos suficientes para todos, mas há também pessoas em situação de sobrepeso e obesidade. Atualmente, há mais pessoas em situação de sobrepeso e obesidade do que pessoas em situação de fome. Portanto, o sistema agroalimentar não está funcionando de maneira apropriada, permitindo que todos se alimentem e, os que se alimentam, de maneira saudável. Temos que pensar que todos somos parte do sistema agroalimentar. Um sistema alimentar que vai desde a base da produção até a ponta do consumo. Inclusive, além do consumo na disposição dos desperdícios e a reutilização dos alimentos.”



Jorge Meza

FAO | Representante da FAO no Brasil



Laura Delamonica

MRE, Brasil | Subchefe da CGSAN

“Para o Brasil é um momento chave no âmbito interno e internacional, é um contexto prioritário, tanto de retomada do protagonismo nacional e internacional do governo brasileiro, e é um momento realmente de reforçar a nossa agenda de combate à fome, à pobreza e a todas as desigualdades.”

Valéria Burity

MDS, Brasil | Secretária extraordinária para o combate à pobreza e à fome

“Não é à toa que fala-se de uma sindemia global, tendo os sistemas alimentares associados com a fome, com todas as formas de má nutrição e as mudanças climáticas. Então é muito importante a gente entender e garantir sistemas alimentares que garantam a alimentação adequada e que não tragam tantas externalidades como o meio ambiente e externalidades sociais. É de extrema relevância esse diálogo no qual se discute o político agrícola na transformação dos sistemas alimentares.”



Augusto Billi

MAPA, Brasil | Diretor do Departamento de Negociações Não-Tarifárias e Sustentabilidade

“A gente entende que a agricultura tem esse papel de segurança alimentar e também de segurança climática.”

“O nosso desafio é grande. A ciência, a tecnologia e a pesquisa vão ter um papel crucial para que a gente possa superar essa situação que nós hoje enfrentamos. Que a gente consiga reduzir o processo de mudanças climáticas, mitigar seus efeitos e nos adaptarmos para continuar tendo produção de alimento saudável e sustentável, com valorização dos povos, das populações que vivem nas áreas rurais, que são os camponeses, os assentados, os quilombolas, os indígenas, as mulheres rurais, a juventude rural. São eles, hoje, que estão sendo mais afetados pelas nossas escolhas, porque são pessoas que dependem da natureza para produzir e para viver e são eles que dedicam a vida para que nós possamos ter um alimento de qualidade aqui nas áreas urbanas.”



Fernanda Machiaveli
MDA, Brasil |
Secretária executiva



Marcos Aurelio Lopes Filho
CONSEA, Brasil | Coordenador-Geral

“O Consea, enquanto um órgão de assessoramento ao Presidente da República, ele tem esse papel de trazer e refletir toda a riqueza, a potência, a diversidade da sociedade civil brasileira em construções de documentos como o Guia Alimentar da População Brasileira.”

1.2. Síntese do painel

Diante os atuais desafios de crises climáticas, insegurança alimentar e todas as formas de má nutrição, foi reforçado pelos palestrantes a importância da agenda dos sistemas agroalimentares como centro de uma agenda de transformação. Brasil e a Holanda são países líderes na agricultura que cooperam e são parceiros no grupo de amigos do Direito Humano à Alimentação Adequada. São potências na agricultura com resultados importantes para a economia e para o acesso ao alimento, mas ambos enfrentam desafios ambientais e ainda tem um número grande de pessoas em insegurança alimentar e sobretudo, sobrepeso e obesidade. Portanto, apesar de muito diferentes, os dois países compartilham o desafio de garantir uma vida saudável e adequada as suas próprias populações e, como são exportadores, para as populações de outros países.

Para os palestrantes, foram apontados dois grandes desafios dessa geração que é superar a fome e a pobreza e mitigar os efeitos nocivos das mudanças climáticas. A ciência, tecnologia e pesquisa foram destacados com um papel crucial para que estes desafios sejam superados e garantam a produção de alimento saudável e sustentável, com valorização dos povos e populações que vivem em áreas rurais, grupos mais vulneráveis e afetados, que dependem da natureza para subsistência e são aqueles responsáveis pelos alimentos distribuídos nas áreas urbanas. A importância da compreensão do conceito do tema que é complexo e polissêmico, mas fundamental o consenso para garantir uma alimentação adequada e que não traga tantas externalidades como o meio ambiente e as externalidades sociais.

Para a FAO, a transformação desse sistema alimentar global foi apresentada com foco na segurança alimentar e nutricional, apresentando quatro pilares importantes: disponibilidade, estabilidade, acesso e utilização.

Neste contexto, foi mencionado ser para o Brasil um momento chave e prioritário na retomada do protagonismo nacional e internacional do governo brasileiro, além de ser o momento oportuno de reforçar a agenda de combate à fome, à pobreza e a todas as desigualdades. O país vê este compromisso com a retomada de e uma série de iniciativas desde o início do governo do presidente Lula com a recriação do CONSEA, o lançamento do Plano Brasil Sem Fome e o Plano de Aquisição de Alimentos e uma série de outras iniciativas.

No contexto do Brasil frente à presidência do G20, foram mencionados os três eixos que orientam este mandato como a questão dos três pilares do desenvolvimento sustentável, a questão da reforma da governança internacional e principalmente, o combate à fome, à pobreza e a todas as formas de desigualdade tema que está intrinsecamente relacionado à transformação dos sistemas agroalimentares.

A importância de empresas nacionais como a Embrapa que há mais de 50 anos vem implementando tecnologias adequadas para o ambiente tropical e permitindo que o país seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, implementando tecnologias de fixação biológica de nitrogênio e técnicas como a integração, lavoura pecuária floresta, plantio direto permitindo o avanço para uma agricultura mais sustentável. Mostrou-se essencial a diversificação da produção de alimentos para manter a biodiversidade ampla e rica e uma dieta diversificada.

As tecnologias e inovações voltadas à agricultura são o foco no MACS-G20 e mostram que a agricultura tem um papel fundamental na segurança alimentar, climática e energética do planeta. Algumas práticas que o país implementa foram exaltadas como o plantio direto bem como o investimento em intensificação sustentável com integração lavoura pecuária floresta numa mesma área capaz de gerar maior produção e sequestrar mais matéria orgânica. Não deixaram de ser citados alguns planos como o ABC, que faz 14 anos e fomenta práticas sustentáveis e o Plano Safra que apresenta um enfoque com maior incentivo às produções sustentáveis focando em bioeconomia, biocombustíveis e produção usando as práticas sustentáveis inseridas dentro do Plano ABC.

O CONSEA, apresentou uma visão sobre os sistemas agroalimentares sustentáveis sagrada no Guia Alimentar da População Brasileira, documento marco de referência construído a muitas mãos, por meio de governança intersetorial e participativa, além de quatro premissas. A primeira é a garantia da segurança alimentar e nutricional, no qual esses sistemas contemplem o acesso à terra, à água e às condições dignas de trabalho para a agricultura familiar. Não só porque a agricultura familiar é quem alimenta o mundo, é quem produz a maior parte do alimento que é de fato consumido nas mesas das pessoas, mas porque o faz com menor impacto nos recursos naturais. A segunda, a máxima que esses sistemas alimentares passam por circuitos curtos, locais e descentralizados de abastecimento. A terceira, o estímulo e promoção da produção e do consumo de alimentos in natura, minimamente processados e limitação do consumo de alimentos ultraprocessados. E para concluir, a quarta é a promoção da diversidade cultural e a sociobiodiversidade.

Os programas PNAE e PAA foram destacados por fortalecer a política de agricultura sustentável, provendo a compra de alimentos de produtores familiares e promovendo a transformação de sistemas produtivos para saudáveis, sustentáveis, justos e inclusivos.

A ampliação do plano Brasil sem Fome, programa com conjunto de ações com políticas econômicas, ambientais e sociais que dialogam, foi destacado por apresentar resultados importantes na escala brasileira de segurança alimentar e nutricional, no mês de abril de 2024, e reduzir o percentual de 15,5% (20 milhões) de pessoas em insegurança alimentar para um percentual de 4,1% (8 milhões).

Foi apresentado também iniciativas e expectativas em relação ao Brasil com a presidência da COP 30 no próximo ano, com a presidência dos BRICS e com todo o processo de revisão dos caminhos nacionais da Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas, além de seu ingresso, no ano passado, na Coalizão de Sistemas Alimentares e na Coalizão de Sistemas Alimentares Indígenas.

Foi destacado por todos os palestrantes a potência de diálogos como este para que se possa intercambiar concepções, experiências e visões para tornar possível uma agenda de trabalho conjunto.

1.3. Conclusão

Os palestrantes abordaram no painel de abertura a importância da transformação dos sistemas agroalimentares em mais sustentáveis, resilientes, justos e inclusivos. O Brasil e os Países Baixos são potências agrícolas que compartilham os desafios de superar a atual zoonose global, a combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, as três decorrentes, principalmente, do sistema agroalimentar global que têm causado impactos devastadores no mundo com consequências ambientais, sociais e econômicas. Os palestrantes concluíram que é fundamental o aprendizado em conjunto e a cooperação mútua conectando este intercâmbio por meio da fala e da discussão multilateral, não só tratando da produção de alimentos, mas também de todo o sistema de proteção social.



Painel 1. Recomendações globais para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares: um panorama

2.1. Palestrantes e foco central das falas



Laura Delamonica

MRE, Brasil |
Subchefe da CGSAN

“A declaração dos Emirados Árabes Unidos da COP 28 sobre a agricultura sustentável, sistemas alimentares resilientes e ação climática elevou o perfil dos debates sobre sistemas agroalimentares no mundo. Da mesma forma, a Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas e o seu segmento colocou novamente o mundo sobre esse debate. A posição brasileira reconhece que são processos importantes, mas são processos que foram marcados por pouca transparência no seu desenho e pouca participação dos múltiplos atores interessados. Para o Brasil, a participação social é o eixo estruturante dos nossos debates sobre segurança alimentar e nutricional. O país conta com a participação da sociedade civil em toda a sua diversidade para a discussão desse tema.”

Hans van Meijl

Universidade de Wageningen, Países Baixos | Chefe Científico Agrícola

“Precisamos de agricultores para o dia e o amanhã, produção de alimentos. Como podemos alinhar todos os empregos, governos, setores privados, instituições de conhecimento, setores financeiros para fazer essa transição acontecer, garantindo um rendimento justo para os agricultores. Então, uma perspectiva holística é necessária.”



Marcelo Morandi

EMBRAPA, Brasil | Chefe de relações internacionais



“A forma como produzimos e consumimos os alimentos é crucial para implementar a agenda de 2030 para sustentar os objetivos de desenvolvimento sustentável e alcançar o futuro que queremos. Um sistema agrícola eficiente, resiliente e sustentável é essencial para garantir o direito humano à alimentação adequada e para oferecer comida saudável a um preço adequado e em quantidades adequadas para a população. Portanto, abordar a vulnerabilidade da produção de comida e da distribuição para as mudanças climáticas deve ser a prioridade em qualquer discussão relacionada a esses dois conceitos.”

Israel Rios

FAO | Escritório subregional para a Mesoamérica | Oficial de nutrição

“A agricultura tem que se voltar para a saúde, mas saúde também tem que se voltar para a agricultura e para o meio ambiente.”



Paul van de Logt - mediador do painel

Conselheiro Agrícola da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil



“Acho que a introdução da discussão de sistemas alimentares foi a mais importante iniciativa da FAO para afastar a ideia de que o mundo precisa produzir mais. Não é mais isso, é produzir melhor e estar associado a dietas saudáveis, mas também com um olhar muito específico para regiões e em que as redes de suplemento funcionem bem. Grandes potências agrícolas têm uma grande responsabilidade de mostrar ao mundo como o sistema deve ser e como pode ser.”

2.2. Síntese do painel

No primeiro painel técnico, foi dialogado pelos palestrantes algumas perspectivas e recomendações globais por representantes dos dois países participantes do diálogo.

De acordo com a perspectiva do governo brasileiro acerca do tema foram apresentados 3 eixos principais: o primeiro é o conceito polissêmico que parte de algumas premissas pré estabelecidas, o segundo a ação climática e o terceiro a erradicação de todas as formas de desigualdade. Neste contexto, foi mencionada a criação da Força Tarefa pela Aliança Global contra a Fome e a Pobreza colocando o tema de segurança alimentar e nutricional no topo da agenda política nacional e internacional. Esta Aliança será composta pelos pilares que são nacional, financeiro e conhecimento e auxiliará os países a implementarem políticas nacionais de reconhecida eficácia no combate à fome, à pobreza e às desigualdades.

Para o Brasil, a participação social é o eixo estruturante para o debate, contando com a participação da sociedade civil em toda a sua diversidade e incorporando os múltiplos atores como as respostas inovadoras e os investimentos do setor privado, investigações da academia e a cooperação com organizações internacionais.

A transformação desses sistemas deve estar associada a ações climáticas, a sustentabilidade, mas também vinculada a uma transição justa e de redução das desigualdades, levando em conta as particularidades regionais e as diferentes necessidades das populações em situação de vulnerabilidade. Ou seja, focado no eixo ambiental mas também no eixo social e econômico. Os resultados da discussão sobre o tema na COP 28 foram apontados como importantes, mas ainda assim, foi destacada a importância em voltar às recomendações do Comitê Mundial de Segurança Alimentar, o CSA, para que os debates produzidos pelas agências comuns FAO, FIDA e PMA, sejam também incorporados a esse debate.

Foram apresentadas também sete premissas que o governo brasileiro elenca como fundamentais: resiliência, eficiência, populações em maior vulnerabilidade, ciência, energia, mudança e comercial.

Na perspectiva da ação climática nos sistemas agrícolas foi apresentada uma abordagem científica pela Embrapa, mostrando que a forma como se produz e se consome alimentos é fundamental para alcançar todos os objetivos do desenvolvimento sustentável. Algumas considerações foram feitas como a importância do sistema agrícola no crescimento econômico e na luta contra a fome e a pobreza, apoiando a inclusão social e protegendo o meio ambiente. Pontos importantes foram apresentados como o equilíbrio entre adaptação e mitigação, hoje um desafio por haver mais recursos destinados à mitigação e poucos fundos voltados à adaptação. Outra importante reflexão apresentada foi a adequação de tecnologia apropriada para climas tropicais com o objetivo não apenas econômico, mas sustentável preservando os recursos naturais e a qualidade de vida das populações.

Na visão do chefe científico agrícola da Universidade de Wageningen, nos Países Baixos, alimentar 9 bilhões de pessoas em 2050 e reduzir os atuais números de quase 800 milhões de pessoas em insegurança alimentar e mais de 2 bilhões de pessoas com sobrepeso e obesidade é um desafio. Esses números mostraram que quase metade da população mundial enfrenta problemas relacionados à alimentação somados aos desafios sofridos na agricultura pelas mudanças climáticas com emissões elevadas de gases de efeito estufa. Uma das soluções apontadas foi a transição para que a produção esteja dentro das fronteiras ecológicas do planeta, além de uma distribuição justa entre as pessoas. Questões como perda da biodiversidade, insegurança alimentar, obesidade, pobreza, mudanças climáticas desafiam os processos relacionados à produção alimentar. Algumas soluções foram apresentadas como a descentralização no foco primário da produção e a abrangência para um olhar holístico e que inclui padrões de consumo com implementação de políticas e ações estratégicas de todos os atores público-privados envolvidos. Outros pontos apontados como solução nesse processo de transformação, foram o investimento em conhecimento em pesquisas para trazer inovações e soluções tecnológicas com inteligência artificial e os investimentos em propagar essas tecnologias. As soluções para garantir a segurança alimentar e minimizar os efeitos climáticos foram apresentadas como sendo específicas de cada país e que cada um encontrará o que se encaixa com suas realidades, observando a garantia de perspectiva a longo prazo no setor agrícola e a conservação da biodiversidade.

Todas as falas comungam da premissa de que o objetivo desses sistemas agroalimentares sustentáveis é garantir a segurança alimentar e nutricional das gerações futuras. A FAO apresentou seu Marco Estratégico 2022-2031: melhor produção, melhor nutrição, melhor ambiente e melhor qualidade de vida. Para isso, a FAO mostrou que utiliza aceleradores-chaves como a inovação, tecnologia e estatística, correlacionando a nutrição à realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dessa forma, o programa busca abordar a fome, a insegurança alimentar e a má nutrição em todas as suas formas, alinhando-os com o ODS2, acabar com a fome, através de estratégias baseadas em evidências, colaborações multissetoriais e abordagens inovadoras. Foram apresentadas as cinco áreas prioritárias como acesso à dieta saudável, nutrição para os mais vulneráveis, alimentos seguros e nobres para todos, redução das perdas e desperdícios de alimentos e comércio transparente.

Foi apresentado também o que é o conceito de uma dieta saudável para a FAO e a OMS: ela deve ser adequada para garantir a adequada oferta de energia e nutrientes essenciais, equilibrada para manter um equilíbrio adequado no consumo calórico, entre as três principais fontes de energia, diversa, incluindo uma ampla variedade dos grupos alimentares e moderada, com o consumo de alimentos associados aos riscos para a saúde em quantidades moderadas limitadas.

Outro ponto importante foi a distinção entre dieta saudável e padrão de dieta. Uma dieta saudável se baseia em princípios básicos fundamentados na biologia humana sendo princípios universais. Já padrão de dieta refere-se a

como os alimentos são combinados para formar dietas ao longo do tempo e altamente contextual e influenciado pela disponibilidade e acessibilidade de alimentos, as preferências pessoais ou fatores culturais, tradições, religião, entre outros.

A instituição finalizou a fala apresentando o plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome 2030, de autoria da CELAC, um marco de referência para as ações regionais e seus quatro pilares: fortalecimento dos marcos legais, produção através de modelo sustentável, promoção da dieta saudável e por fim, sustentabilidade do sistema agroalimentar.

2.3. Conclusão

Os palestrantes abordaram no primeiro painel técnico concepções e ações específicas de cada instituição apresentando um panorama geral acerca do tema. Todos afirmaram que acabar com a fome e todas as formas de desigualdade social é um desafio para todo o planeta e que isso pode ser feito com a atuação dos setores publico-privados, investimento na ciência e com o fortalecimento do multilateralismo. O painel serviu como uma reflexão sobre o debate da transformação dos sistemas agroalimentares visando buscar soluções conjuntas para esses problemas compartilhados, ainda que com responsabilidades diferenciadas, mas com soluções pensadas em conjunto. Reforçaram ações centradas em facilitar o acesso a dietas saudáveis, provenientes de iniciativas que estimulam sistemas alimentares sustentáveis, justos, equitativos e transparentes. O painel foi mediado por Paul Van de Logt, Conselheiro Agrícola da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil.



Painel 2. Inovações nos sistemas agroalimentares nacionais e locais no Brasil e nos Países Baixos: casos de sucesso

3.1. Palestrantes e foco central das falas



Erick Del Porto

MDS, Brasil | Gerente de projetos da SISAN

“Esse sistema alimentar hegemônico que nós estamos vendo, fazendo um gancho com o nosso seminário, está acelerando os impactos e as mudanças climáticas e colocam em risco o Direito Humano à Alimentação Adequada. Nós estamos retomando esse ciclo de políticas públicas e reconhecemos as ligações cruciais entre a pobreza, a desigualdade, a saúde e o planeta. E queremos promover essa alimentação saudável e sustentável, porque ela está profundamente ligada à luta contra a pobreza e para um mundo menos desigual.”

Luiza Trabuco

MDS, Brasil | Coordenadora-Geral de Apoio à Gestão do SISAN

“O grande esforço do Brasil Sem Fome foi no sentido de retomar programas e políticas que foram muito exitosos na retirada do Brasil do mapa da fome, mas também de implantação, qualificação e expansão dessas políticas com geração de novas soluções que pudessem dar conta e responder a desafios atuais. A questão das mudanças climáticas é um desses desafios.”



Floor Boselie Abbenhuis

Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade Alimentar, Países Baixos | departamento de Estratégia, Conhecimento e Inovação do

“Para garantir o futuro dos nossos sistemas alimentares, devemos usar uma abordagem sistêmica. Os sistemas necessários requerem, e ao mesmo tempo estimulam, um grande nível de inovação. É necessária a cooperação entre todos os stakeholders do sistema alimentar em regiões, nacionalmente e também globalmente. Espero que o encontro de hoje nos ajude a identificar oportunidades para a cooperação entre nossos países.”



Bruno Silva

FNDE/MEC, Brasil | Assessor internacional da Coordenação Geral do PNAE

“Em situações de fome e ameaça, a gente percebe o quanto a articulação de políticas públicas surte efeito e é muito acertado.”



Thomas Patriota

MDA, Brasil | Chefe da assessoria internacional

“Todas as políticas desenvolvidas pelo MDA vêm sendo discutidas em âmbito internacional procurando-se preservar essas políticas, mas também divulgá-las e aprender a partir do diálogo político em âmbito regional, plurilateral ou multilateral. E, nesse sentido, é muito oportuno continuar esse tipo de diálogo focado na agricultura familiar e os 40% de mulheres e homens do planeta que alimentam, que são responsáveis pela maioria dos alimentos produzidos e a preservação ambiental.”



Selvarayu Ramasary

FAO | Oficial de Inovação e Lider Científico

“Se queremos ter a inovação da tecnologia de ciência no centro do debate, precisamos ter finanças primeiro, precisamos apoiar as instituições que estão desenvolvendo a sabedoria e as tecnologias. E também garantir que essas tecnologias e inovações sejam viáveis, acessíveis e confortáveis para os pequenos trabalhadores, o que é obviamente um assunto especialmente no mundo de desenvolvimento”.

**3.2. Síntese do painel**

No segundo painel temático, os palestrantes trouxeram insumos de programas nacionais e internacionais apresentando os resultados positivos gerados até o momento.

O Plano Brasil sem Fome foi apresentado como uma resposta do governo federal para a situação de 33 milhões de pessoas em insegurança alimentar no país, com o envolvimento de 24 ministérios, contendo mais de 80 programas e ações e orientado pela abordagem de sistemas alimentares. Foram apresentados os três eixos principais que estruturam o plano: eixo do acesso à renda e cidadania, eixo da promoção de sistemas alimentares adequados, justos e mais igualitários e eixo das ações de mobilização no combate à fome. No primeiro eixo, busca-se alcançar pessoas em situação de fome e incluí-las nos sistemas de proteção. Desta forma, foram apresentados alguns planos já conhecidos, mas que tiveram mudanças importantes com um processo de aperfeiçoamento para ampliar seus resultados, como o Bolsa Família, a Valorização do Salário Mínimo e o Protocolo Brasil sem Fome, uma novidade do plano. No segundo eixo, foram apresentados alguns conjuntos de programas e ações de fortalecimento da agricultura familiar como o Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecologia, o Bolsa Verde, o Programa Cisternas, a Nova Cesta Básica, a Política Nacional de Abastecimento, a Estratégia Alimentar Cidades, além do compromisso em monitorar a fome e ter instrumentos para que se possa orientar as políticas públicas em nível municipal, estadual e federal. No terceiro eixo, com a estratégia de mobilizar sociedade, governos e também promover a mobilização internacional, obteve-se a realização de caravanas em territórios com maior prevalência de insegurança alimentar e o fomento da proposta da Força Tarefa pela Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Para finalizar, foi apresentado um quadro com a trajetória da fome no Brasil indicando que o país ainda tem 8,7 milhões de brasileiros em insegurança alimentar grave.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi evidenciado como um dos programas de educação alimentar e nutricional. Seus resultados positivos com inclusão social e produtiva está baseado em dois eixos principais: o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do acesso ao alimento. Algumas inovações foram integradas ao programa como a obrigatoriedade, no mínimo, paridade da participação feminina e a simplificação do acesso ao programa da participação de indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. O aumento da renda de produtores mais pobres, a amplificação da diversidade na produção e em

nível local, o crescimento do produto interno dos municípios envolvidos e a garantia de renda para os produtores mais vulneráveis foram alguns dos resultados concretos apresentados no painel obtidos com o plano.

Uma alternativa usada pelo Governo Brasileiro para tirar o país do Mapa da Fome, em 2014, foi através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através do alcance das pessoas que frequentavam escolas, além de associar outras políticas e ações relacionadas à alimentação escolar como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Programa este que dá autonomia aos gestores escolares a criarem ações nos finais de semana para atrair estudantes como um meio emergencial para receber alimentação saudável. Resultados de inclusão social e produtiva também foram demonstrados através do programa com a obrigatoriedade de 30% do orçamento ser destinado à compra de produtos advindos da agricultura familiar promovendo maior diversidade alimentar, garantindo circuitos curtos e a manutenção das tradições e insumos da cultura local.

Como apresentado, o Programa Cisternas, foi inicialmente desenvolvido para o semiárido brasileiro, mas que, a partir de seus bons resultados, caminha agora para alcançar novos biomas brasileiros. Neste programa, tecnologias sociais foram implementadas com a promoção do acesso à água para consumo humano, de animais e na agricultura para populações que enfrentam períodos de estiagem garantindo o consumo seguro dessa água. Não se trata apenas de um programa de construção de cisternas apresentando um desenho de execução, mas também o envolvimento na implementação dessa tecnologia juntamente com a comunidade e lideranças locais da sociedade civil. Foram observadas positivas respostas na redução de até 69% de mortalidade infantil em decorrência de diarreia, na ampliação da autonomia dos indivíduos, na redução no tempo para buscar água em até 90%, no aumento de 7,5% na frequência escolar, na amplificação de até 82% da renda dos beneficiários e uma taxa de retorno econômico estimada em 4,8% ao ano nas propriedades com a tecnologia implementada.

Já com o Programa Fomento, destinado aos agricultores familiares em maior vulnerabilidade, buscou-se associar assistência social e produtiva técnica com acompanhamento das famílias por até dois anos para que desenvolvam projetos produtivos, a partir da sua realidade e com uma transferência no valor de R\$ 4.600,00 por família. Algumas evidências qualitativas foram demonstradas como a estruturação agrícola de famílias mais vulneráveis e a estruturação de outras atividades financeiras pelas populações rurais.

A reformulação da Nova Cesta Básica foi uma outra ação de garantia de segurança alimentar e nutricional. Pautada no Guia Alimentar da População Brasileira, prioriza alimentos agroecológicos, da sociobiodiversidade e principalmente oriundos da agricultura familiar com a predominância de alimentos in natura e minimamente processados e a eliminação completa de alimentos ultraprocessados. Essa ação impacta positivamente em alguns programas de compras públicas de alimentos como PAA e PNAE.

A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades – Alimenta Cidades, será implementada em municípios prioritários e terá um alcance de cerca de 60 milhões de brasileiros em centros urbanos, contemplando ações estratégicas de perdas e desperdícios e o enfrentamento da obesidade apoiadas pelo Governo Federal e iniciativas que considerem o contexto específico dos territórios. Com 85% da população brasileira vivendo em cidades, a preocupação para que se possa ter oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis e ambientes alimentares adequados foram apresentados como os pontos chave para a concepção desta ação.

No âmbito da agricultura familiar, alguns dos esforços do Governo Brasileiro foram destacados como a Reforma Agrária, cuja política de acesso à terra é essencial na preservação ambiental e para a garantia da segurança do agricultor permitindo estabilizar a produção e a comercialização, além de preservar diversas formas de cultura que estão relacionadas também à alimentação saudável e adequada. O Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), é obtido pelos agricultores familiares quando atendem os critérios direcionando o crédito a essas populações. O Garantia Safra também foi mencionado e é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda severa de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, garantindo uma renda, desde que demonstradas as perdas da produção devido à mudanças climáticas.

No contexto dos programas e ações desenvolvidos pelos Países Baixos, alguns exemplos foram detalhados como o Programa de Agricultura de Precisão, que tem como objetivo acelerar a inovação e a adoção de tecnologias de agricultura de precisão por produtores diminuindo suas pegadas ambientais, aumentando seus lucros e tornando a produção mais rentável e sustentável. Instrumentos de políticas como a criação National Field tem a junção de alguns setores envolvidos combinando pesquisas universitárias e o compartilhamento de experiências entre os produtores que veem seus resultados potencializados quando trocam suas experiências.

Com o Field Nets, a Rede de Laboratórios de Campos Regionais, as propriedades participantes contam com subsídios e uma atuação do governo não atuando para os produtores, mas em cooperação junto a eles. Esses laboratórios tem ajudado a construir sistemas agrícolas regionais sustentáveis, dentro das fronteiras planetárias e economicamente viáveis para os produtores. A participação dos produtores é essencial já que são eles que sabem quais são as necessidades específicas de suas regiões e realidades.

A criação do Netherlands Food Partnership, organização de plataformas que conectam os setores de alimentos agrícolas holandeses e os países de baixa e média renda, busca acelerar a inovação em nível internacional tendo como objetivo apoiar as mudanças no sistema alimentar. Está estruturada em duas atividades principais com o engajamento da comunidade e a facilitação de parcerias centradas em pontos de alcance do sistema alimentar.

Apresentou-se também, os objetivos e resultados do Programa Seed NL que através da produção de conhecimento e materiais disponíveis holandeses, impulsiona o fortalecimento do setor de sementes de outros países e proporciona o acesso à sementes de boa qualidade com o objetivo aumentar a produtividade e rentabilidade desses produtores. Importantes parcerias já foram firmadas entre os setores público-privado holandeses com países como Nigéria e Etiópia.

Na última etapa do painel, foi apresentado o papel da tecnologia científica e da inovação para a transformação do sistema agrícola pela FAO apontando seus três aspectos principais: Marco Estratégico FAO 2022-2031 (4 aceleradores), ciência e inovação e o escritório de inovação. O Marco Estratégico da FAO apresenta vinte áreas prioritárias e todas contribuem para o ODS 2. Para o alcance de ciência e tecnologia foram apresentados os conceitos de financiamento, capacitação e governança como bases do fortalecimento do uso da ciência e a inovação no trabalho técnico, normativo e nas operações. Foram mencionadas seis diferentes tipologias de tecnologias como biotecnologia, tecnologias digitais, agricultura de precisão, tecnologias de energia renováveis, mecanização e automação agrícola e tecnologia de processamento de alimentos. No campo das inovações elas foram caracterizadas como tecnológicas, institucionais, sociais, políticas, e financeiras.

Por fim, foi apresentada a Plataforma de Agricultura Tropical (TAP), uma iniciativa estabelecida no âmbito do G20, no primeiro encontro do MACs, no México, em 2012. Tem por objetivos promover a capacidade de desenvolvimento e conhecimentos compartilhados para fortalecer um sistema de inovação nacional de agricultura (SIA) com políticas baseadas em evidências e facilitações de mecanismos multilaterais promovendo melhores impactos de SIA e inovações nas regiões tropicais e semi tropicais. Atualmente conta com 52 membros, assembleias com frequências anuais além de incubar a TAPipedia, uma plataforma online de conhecimento de educação em agricultura tropical com cerca de 5.000 recursos entre documentos e materiais de aprendizado focados no sistema de inovação agrícola.

3.3. Conclusão

A questão central apresentada no painel pelos palestrantes foram exemplos de programas e ações implementadas que tem coletado resultados positivos com foco em inovações de diversas naturezas nos sistemas agroalimentares. No contexto brasileiro, foi apresentado um panorama da trajetória recente dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, fome e de como o atual governo está reconstruindo e implementando conjunto de políticas públicas de enfrentamento da fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional para novamente retirar o país do Mapa da Fome. Em paralelo, foi apresentado pelos representantes estrangeiros, programas com foco em inovações e tecnologias que estão trazendo melhores resultados não só econômicos e ambientais, mas também sociais com cooperação internacional na troca de conhecimentos e experiências. Os palestrantes alcançaram o objetivo do painel com suas exposições concretas e que permitiram uma compreensão do cenário proposto. O mediador foi Sergio Dorfler, da FAO.

Painel 3. Perspectivas futuras de colaboração – Declaração de Belém e sistemas agroalimentares

4.1. Palestrantes e foco central das falas



Vanessa Grazziotin
OTCA | Diretora
Executiva

“Seria muito importante que a gente pudesse ampliar a parceria para que a gente possa, a partir de um plano ter, a possibilidade de ver o desenvolvimento da nossa região amazônica no mundo todo, de uma forma harmoniosa, inclusiva e que ambientalmente preserve aquilo que é um patrimônio soberano de cada país, mas que presta um serviço ambiental, sem dúvida nenhuma, ao conjunto do planeta, das pessoas que querem viver com dignidade, que querem viver com segurança e principalmente que querem ver também as futuras gerações viver assim, com segurança e dignidade.”

Daniel Peter

MMA, Brasil | Diretor de Gestão Ambiental Rural

“Ainda há muito a ser feito para enfrentar os desafios ambientais e socioeconômicos na região e para garantir um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras. É imperativo que continuemos a colaborar e a trabalhar juntos em espírito de solidariedade e cooperação para proteger e preservar a Amazônia, um tesouro global de biodiversidade e um exemplo vivo da importância da sustentabilidade para o nosso planeta.”



Jorge Meza - mediador do painel

FAO | Representante da FAO no Brasil

“Temos muitas experiências para compartilhar, muito efetivas e que, para mim, mostram que estamos num caminho de esforço e trabalho para acabar com a fome no mundo.”

4.2. Síntese do painel

O destaque feito para a Amazônia no último painel, foi discutido pelos palestrantes com um enfoque principal, o Tratado de Belém. Foi apresentado inicialmente um breve panorama sobre a Amazônia e o papel que ela representa no processo das mudanças climáticas. Isto porque esse ecossistema cria rios voadores que influenciam na temperatura, no regime de águas e de chuvas. Foi enfatizado que, ao se discutir sobre Amazônia, significa também discutir medidas a serem trabalhadas para conter o aquecimento climático global.

Avançando um pouco mais no painel, a OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, uma organização intergovernamental, foi apresentada pela atual diretora da organização e contextualizou o público com algumas informações sobre seu surgimento, estrutura, missão e atuações. Ela surge de um tratado de cooperação amazônica assinado entre os oito países da região em 1978 e tem por missão aprofundar a cooperação entre os países amazônicos, diminuindo suas assimetrias para assim caminhar em direção a um sistema de integração. Sua atuação é em conjunto com os países, pois são eles que aplicam os projetos e

identificam o tipo de programa, fórmula e conteúdo de um programa regional e amazônico. Tem-se comprovado a importância e a necessidade da OTCA ser cada vez mais integrada, e por isso houveram tantas resoluções aprovadas na última Cúpula da Amazônia, ocorrida nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, e seu desdobramento com o surgimento da Declaração de Belém, um compromisso firmado pelos oito países da região.

A respeito da Declaração de Belém, foi apresentado ao público presente, um panorama geral acerca do tema. Ela apresenta um marco de cooperação regional e internacional para enfrentar os desafios ambientais, climáticos e socioeconômicos na Amazônia. Essa declaração tem 113 objetivos e 29 resoluções e representa um compromisso com a proteção da biodiversidade, o reconhecimento dos direitos e conhecimentos das populações indígenas e tradicionais e a abordagem de questões urgentes, como o desmatamento, as mudanças climáticas e a degradação ambiental. Com a Declaração de Belém e as iniciativas da OTCA, busca-se promover sistemas alimentares sustentáveis na Amazônia, apoiando a agricultura familiar, o manejo sustentável dos recursos naturais, o fortalecimento das cadeias de valor local e o respeito aos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e tradicionais.

Por meio de diálogos feitos entre os países membros, ainda no contexto da Declaração, foi mencionado que estes países identificaram a necessidade em criar o observatório amazônico de cooperação, intercâmbio de informações e boas práticas que ocorrem nos países membros para estabelecer um monitoramento de todas as ações desenvolvidas com iniciativas de formação, de capacitação para fortalecer os agentes públicos, fomentar a investigação científica a fim de promover a segurança e soberania alimentar no contexto da floresta. Algumas necessidades para a região foram identificadas como acesso à inovação, à mecanização da produção, políticas públicas de apoio à produção, à comercialização, ao consumo de alimentos a partir da biodiversidade para construção de sistemas inovadores do ponto de vista de sistemas agroflorestais e desenvolvimento de projetos em segurança alimentar e nutricional dos povos tradicionais.

Para concluir o painel e encerrar a manhã de diálogos, foi enfatizado que ainda há muito a ser feito para enfrentar os desafios ambientais e socioeconômicos na região e para garantir um futuro próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras e que a cooperação e o trabalho em conjunto é de extrema importância para proteger e preservar a maior floresta tropical do planeta.

4.3. Conclusão

O quarto e último painel do dia foi dedicado à Amazônia e os palestrantes deram um destaque para a OTCA, o Tratado de Belém e seus desdobramentos se atendo, mais especificamente, às questões que abordam sistemas alimentares sustentáveis no contexto da floresta. A necessidade do trabalho em conjunto e cooperação entre os países para a proteção e preservação da Amazônia foi o ponto de maior convergência entre os palestrantes.



Embaixada da Holanda



Recepção



Painel 3



Participantes



Participantes



Painel 4



Participantes



Almoço de encerramento

Todos os palestrantes reconheceram que é um verdadeiro desafio tratar o tema de transformação dos sistemas agroalimentares e apresentaram suas concepções, perspectivas e recomendações globais para essa sustentabilidade. O caráter heterogêneo do grupo, com atuação em setores distintos, teve um importante resultado para elencar os desafios advindos de todas as camadas que o tema abrange. O conjunto de participantes incluiu organizações e ideologias consideradas prioritárias para o diálogo. Os desafios descritos incluem as sínteses das falas dos palestrantes com menções referentes às questões sociais, econômicas, ambientais, de inovação e governança como:

- A implementação da **agenda de 2030** e sustentar os **ODS**;
- Combate à **sindemia global**;
- Superar a **fome e a pobreza**;
- Superar todas as formas de **má nutrição** como sobrepeso, obesidade e as DCNT associadas;
- Superar a **monotonia** e **baixa biodiversidade alimentar**;
- A falta de consciência dos consumidores sobre **origem** e **impactos** de suas escolhas na cadeia alimentar;
- Os impactos da **mudança climática** com **aumento de temperatura**;
- Perdas de terras devido à **expansão urbana** e como **alimentar a população crescente nas cidades** ;
- **Maior prevalência** de insegurança alimentar em **áreas rurais**;
- **Inovações e acesso à tecnologias** adequadas para os pequenos produtores;
- O **comprometimento** dos governos responsáveis com a **sociedade** na **governança de políticas públicas**;
- O papel que representa a **Amazônia** nas **mudanças climáticas** do planeta.

Convidados

Banco Mundial

BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDS | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAF | Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe

CNA | Confederação da Agricultura e Pecuária

CONAFER | Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil

CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Delegação da União Europeia no Brasil

Embaixada da Alemanha

Embaixada da Nova Zelândia

Embaixada do Reino Unido

Embaixada dos Estados Unidos da América

FIDA | Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

Fiocruz | Fundação Oswaldo Cruz

FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFPRI | Instituto Internacional de Pesquisa em Política Alimentar

IICA | Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

MAPA | Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS | Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MMA | Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

MRE | Ministério das Relações Exteriores do Brasil

MS | Ministério da Saúde

OIA | Grupo de Pesquisa Agrícola Internacional

OTCA | Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PCF | Pacto Contra a Fome

PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Representantes do setor privado

SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequenas Empresas

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Soberania e Clima

USAID | Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

WFP | Centro de Excelência Controle contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos

CRÉDITOS

Coordenação

FAO | Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Embaixada dos Países Baixos
MRE | Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Facilitadores

Jorge Meza
Paul van de Logt
Sérgio Dorfler Bustamante

Apoio Operacional

Camilo Quintero
Izabella Siqueira
Miriam Oliveira
Najla Veloso
Palova Brito
Paulo Palma Beraldo
Roberta Azevedo

Saiba mais sobre este diálogo e demais projetos

<https://www.fao.org/brasil/pt/>

REALIZAÇÃO



APOIO

